

ANTÔNIO TEODORO E CARLOS ALBERTO TORRES (ORGS.).**Educação crítica e utopia – perspectivas para o século XXI.**

São Paulo: Cortez, 2006.

“Poderia a escola ser uma outra coisa? Qual é o papel da educação no contexto da globalização?” Essas são as questões que transitam como pano de fundo dos diferentes artigos que compõem o livro. Na construção de uma resposta, ou melhor, do debate aberto dessas questões, os textos, por diferentes caminhos, afirmam a centralidade da educação em nossa cultura e abordam as alternativas em curso neste início de século XXI: por um lado, as políticas educacionais baseadas no discurso neoliberal, que defende a privatização do empreendimento educacional e sua descentralização; por outro, o caminho vislumbrado pelo exercício utopístico e práticas contra-hegemônicas, buscando a transformação social.

A utopia, compreendida como “representação simbólica de um tempo refigurado pela narrativa”, “uma séria avaliação das alternativas históricas”, é revitalizada nos artigos como um importante e útil caminho na perspectiva da mudança, diante da crise da escola e das questões sobre qual o seu papel no contexto da globalização.

O livro é composto por três partes que apresentam os desenvolvimentos emergentes na sociologia da educação na análise dos processos educacionais em curso na atualidade. A primeira parte é construída por três textos que trabalham perspectivas para o século XXI.

No primeiro texto, Licínio Lima reflete sobre a possibilidade de escolarizar para uma educação crítica e reinventar as escolas como organizações democráticas. Introduce o artigo com a crítica sobre a naturalização de um determinado modelo institucional voltado à reprodução e perpetuação das novas formas de dominação, de acordo com as ideologias organizacionais da modernidade e do capitalismo.

Denuncia a construção ideológica da crise da escola pública: quando esta não está adequada ao modelo proposto pelo mercado, é decretada sua crise. Ao mesmo tempo problematiza a viabilidade de uma escola exitosa nas leis do mercado, pois ao formar a todos os sujeitos plenamente competitivos e flexíveis, não estaria ela fadada ao fracasso no modelo capitalista, que pressupõe algum grau de exclusão? Devido à pressão e superdemanda sofrida pela escola para servir de motor à mudança social e econômica, o que está em questão não é a sua sobrevivência, mas a disputa com o modelo hegemônico. Há possibilidades de resistência ao projeto neoliberal em curso?

A alternativa proposta pelo autor é a construção de um novo modelo, que não está definido *a priori*, mas demanda um esforço empreendedor dos atores sociais para além do território educacional. Conforme o autor, “como discurso e como prá-

tica, como método e conteúdo, a democracia continua significativamente ausente da escola”. A superação desse estado impõe a ruptura com a “ressemantização neoliberal dos conceitos de autonomia, participação e descentralização” e a construção de novos sentidos, a partir da reflexão crítica sobre o presente, do pensar criativamente o futuro e do compromisso político com as questões públicas. São estes alguns princípios para inventar uma outra instituição, mais democrática.

O próximo artigo, de autoria conjunta de Magalhães e Stoer, busca apresentar uma perspectiva para as possibilidades de entender e reinventar o “viver em conjunto”, tomando como foco de análise o processo europeu. Seu argumento apóia-se no entendimento metafórico do território como bazar kuwaitiano, no qual a comunicação, a troca e a negociação tem por base a incomensurabilidade das diferenças, contrapondo-se à padronização e homogeneização.

Conforme os autores, a construção política da Europa corresponde a duas lógicas: a lógica do grande Estado-nação, concorrendo hoje com a lógica da “bricolagem”, cuja dinâmica é a unidade na diversidade. O processo de construção do Estado-nação europeu está assentado na conquista violenta de territórios e supressão das diferenças. Com a sua fragmentação, iniciada já no século XX, através da agregação dos Estados em blocos ideologicamente identificados, emerge neste século uma nova perspectiva, cuja identidade não tem base na cultura do território ou pertença a um bloco ideológico, mas na pertença voluntária fundada em temas (por exemplo: preocupação “verde”, questionamento do patriarcalismo) e no compromisso de resolver problemas globais comuns.

Se faz necessário, nesta perspectiva, um novo modelo de conceitualização da diferença, que supere as abordagens do etnocentrismo, da tolerância ou da generosidade, todas essas baseadas na classificação das diferenças a partir do Mesmo, do parâmetro ocidental definido como padrão. O modelo conceitual proposto é o relacional, cuja idéia-força é “a diferença somos nós”, ou seja, pensar as diferenças na sua incomensurabilidade, sem privilégios, sem padrões, no entendimento de que nós também somos vistos como diferentes pelo outro.

Essa nova forma de pensar a diversidade traz importantes consequências para os sistemas educacionais: reconhecer as diferenças como características identitárias legítimas exige políticas de redistribuição, bem como a superação de um modelo meritocrático e classificatório que estrutura a escola tradicional. O artigo une-se ao anterior na defesa da democracia como forma de mediação dos conflitos, concebendo a ação política balizada constantemente por uma geometria variável, conformada pelo processo de negociação.

O último texto da primeira parte, escrito por Roger Dale, apresenta um importante contributo para a análise da governação educacional no contexto da globalização. A desconstituição do Estado soberano e autônomo gerou mudanças na governação, que deixou de ser uma exclusividade estatal. Dale aborda três pontos: a necessidade de problematizar a equação Estado/sociedade (nacional); a manutenção

da especificidade das agendas nacionais, não obstante os efeitos da globalização; a mudança de ênfase das reformas educacionais, buscando novos padrões e objetivos, ao invés de melhorias dentro dos padrões tradicionais.

No contexto da globalização, quando o Estado não é mais o único fornecedor de serviços públicos e a economia passa a ser transnacional, quando, ainda, a previdência passa a ser uma responsabilidade individual e a intervenção estatal na economia passa a um nível *mínimo*, a governação educacional também sofre modificações, com ações em diferentes escalas: supra-nacional, nacional, sub-nacional. O Estado deixa de ser o “Faz-tudo” e passa a ser um coordenador da coordenação. Um efeito direto percebido pelo autor é a “privatização da educação”, que passa a ser negociada como mercadoria no mercado global.

Roger Dale trabalha vários conceitos de governação, concluindo que para compreender os processos atuais é preciso entender a mudança da natureza do Estado-nação na relação com a globalização e a educação. É preciso analisar as mudanças no papel controlador do Estado e as respostas que emergem “de baixo para cima” nesse novo modelo societal.

Os quatro capítulos que compõem a segunda parte resgatam importantes reflexões desenvolvidas na sociologia da educação em décadas passadas, apontando sua pertinência e vitalidade atual na transformação radical da educação.

No capítulo IV, Ana Maria Morais destaca a estrutura conceitual forte presente na teoria de Basil Bernstein, cujo foco são as regras que modelam a construção social do discurso pedagógico. Essa consistência teórica permite a superação da dicotomia: quantitativo/qualitativo. O nível elevado de abstração combinado com um nível derivado de maior aplicabilidade, característico da proposta de Bernstein (diferente do desenvolvimento conceitual baixo tradicionalmente presente na sociologia da pedagogia), permite a compreensão da cultura discursiva atual e futura. No atual contexto de sociedade totalmente globalizada e pedagogizada, no qual a democracia é substituída pela oportunidade e a pedagogia é vista como tecnologia, totalmente descontextualizada, a análise dos processos educacionais requer uma “descrição sistemática conceitualmente gerada, com foco nos diversos locais”.

No capítulo seguinte é a vez de Carlos Alberto Torres resgatar o pensamento de Paulo Freire e Ivan Illich, desenvolvidos na década de 1960, que trazem como idéias-força a conscientização, a desescolarização, a educação libertadora e de qualidade para o povo. Torres compara os dois autores, destacando similitudes e diferenças entre eles: ambos lutando pela libertação, mas Freire buscando lutar “por dentro” da escola, enquanto Illich é radical na proposta de desescolarização.

Na sequência do texto o autor aborda o contexto atual, se valendo dos conceitos de Boaventura de Souza Santos ao caracterizar os diferentes processos de globalização: globalização “de cima”, nomeando o modelo neoliberal, com abertura indiscriminada das fronteiras ao câmbio de capitais e mercadorias e privatização do Estado; globalização “de baixo”, caracterizada por movimentos de oposição ao mo-

delo neoliberal; globalização vinculada aos direitos humanos, redes de luta por uma democracia plural e cosmopolita; e os movimentos de globalização, seja o terrorismo, apostando no caos como motor de mudança social, seja a guerra internacional contra o terrorismo, buscando a “segurança” a qualquer custo.

Diante das tendências prejudiciais de uma sociedade crescentemente globalizada, Torres apresenta como uma das formas de resistência a pedagogia inspirada em Freire e Illich, enfatizando as relações entre educação e política, a atenção para a auto-reflexividade, para as bases lingüísticas de representação social, para a necessidade de desvelar as mistificações ideológicas das representações sociais e a carga de opressão e dominação presente inclusive nos processos de mudança progressistas. Enfim, aproveitar a inspiração de uma epistemologia da curiosidade e do diálogo, que busca lidar com os dilemas éticos e cognitivos da condição humana.

Paulo Freire é também referência para o texto de José Eustáquio Romão, que parte do seguinte questionamento: é possível considerar a incompletude, a inconclusão e o inacabamento – dimensões propostas por Freire no estudo ontológico do ser humano – como categorias sociológicas, aplicadas ao campo das sociedades e dos sistemas educacionais?

O autor discute a pertinência da aplicabilidade desses conceitos na sociologia/sociologia da educação e sua importância na construção de alternativas aos impasses enfrentados na atualidade: a incerteza sobre as certezas e a politização da culpa política.

No capítulo VII e último dessa segunda parte, Telmo Caria não traz um teórico específico, mas busca diagnosticar a reflexão socioeducativa dos anos de 1970, em contraposição aos referenciais da sociologia da educação dos anos de 1990.

Conforme o autor, a reflexão da década de 1970 se baseou nas teorias sobre reprodução cultural, com a desmistificação da igualdade formal e a crítica à meritocracia da sociedade capitalista, bem como o questionamento da possibilidade de democratização da sociedade através da escolarização contra-hegemônica. Já na década de 1990, houve a possibilidade de ligações interdisciplinares entre sociologia, antropologia e psicologia, ampliando os referenciais teórico-metodológicos de análise. As investigações foram descentradas da escolarização e passaram a questionar as identidades e conhecimentos que embasam a razão educativa e os seus profissionais. O movimento português, por exemplo, deslocou-se do estudo do ensino para a aprendizagem, incluindo os contextos informais de educação e valorizando a ação dos atores sociais.

Após essa introdução, o autor passa a trabalhar o foco de seu texto: os saberes técnico-intelectuais como objeto de investigação. Caracteriza o trabalho técnico-intelectual como aquele que melhor serve de mediador ao uso e difusão das ciências na sociedade. Depende da ciência para ser legitimado e afirmar seu estatuto social e escapa/resiste a processos de racionalização técnica e burocrática do trabalho, contando com alguma autonomia na organização do cotidiano laboral. Apresenta um

modelo de investigação a partir do conceito de *saber*. O modelo analítico apresentado é bastante produtivo na investigação sobre o trabalho docente, bem como no trabalho dos próprios pesquisadores, quando são também formadores.

Os três artigos que finalizam o livro tratam, conforme o título da Parte III, de “percursos e debates da sociologia da educação”. No capítulo VIII, Almerindo Afonso intenta construir um “estado da arte” da sociologia da educação em Portugal. Devido ao contexto político-social, só em meados de 1970 é que se constata um desenvolvimento da ciência, inicialmente com estudos de caráter histórico. A partir de 1980, são “descobertas” as realidades portuguesas e os estudos apresentam um foco mais sincrônico. Surge uma pluralidade de objetos de investigação e os referenciais são ampliados com a contribuição da literatura estrangeira. Com o investigador Stoer e seus parceiros, há a visibilidade sobre novos problemas em relação às políticas educativas, que se transforma em importante foco de interesse. Além disso, ganham importância os estudos multiculturais, a educação informal/não-formal e a sociologia da escola.

O texto de António Teodoro inicia com um histórico da construção do modelo escolar atual e sua importância na formação e regulação dos novos modos de produção cultural. Consolida-se no século XVIII num complexo contexto de nova concepção de infância, emergente civilização de costumes baseada na ética protestante do trabalho e na sociedade disciplinar. Desenvolve-se para um modelo de massas no século seguinte e é demandado, no período pós-1950, a estabelecer uma racionalidade científica baseada na ideologia do progresso. Com a crise do projeto desenvolvimentista e o deslocamento do interesse do espaço nacional para o global, a escola sofre novas interpelações.

O autor enfatiza as possibilidades da educação em uma perspectiva de globalização contra-hegemônica, emancipatória. Conforme Boaventura de Souza Santos, uma globalização baseada no cosmopolitismo e na defesa coletiva do patrimônio comum da humanidade. Para isso, se faz necessário o estabelecimento de um novo contrato social, que inclua o Homem, os grupos sociais e a natureza, através de uma cidadania autodeterminada. Teodoro defende “uma agenda educativa preocupada com a construção de uma educação democrática e de cidades educadoras informadas pela participação e pela democracia”.

No último texto, Clementina Marques Cardoso discute os efeitos, na educação, do processo vivido nas duas últimas décadas, qual seja, de regresso aos princípios conservadores e liberais, articulados com novas formas de organização e controle político e econômico. As mudanças empreendidas pelo projeto neoliberal estão produzindo uma segregação escolar significativa, hierarquização de escolas e privatização do ensino. Muito embora o conservadorismo e o liberalismo não constituam uma força monolítica, se apresentam como conjunto consistente ligado ao individualismo econômico, tradicionalismo cultural e populismo autoritário, na oposição à democracia, educação, liberdade e direitos sociais.

Para avaliar esse processo a autora defende como necessária a consideração sobre conflitos passados e seus reflexos sobre as transformações ocorridas, conceituando a mudança como processo de continuidade e ruptura com processos históricos anteriores. Aproveita a metáfora construída por Boaventura de Souza Santos na concepção do Estado como uma construção a partir de camadas geológicas diferentemente sedimentadas, sobrepostas e justapostas, cada qual com sua lógica. É cada vez mais importante identificar continuidades e enraizamento histórico, não só em relação às formas de controle hegemônicas, mas em relação aos movimentos de resistência.

Para a autora, a usurpação empreendedorista em educação se reflete em processos de mudanças que constituem inclusive mercados internacionais. Para combater esse fenômeno, é preciso ir além de explicações causais, compreender profundamente a complexidade desses processos, superando modelos analíticos tradicionais, e mobilizar para a democracia participativa e justiça social.

Em sua “unidade na diversidade”, trata-se de uma leitura que certamente contribui bastante no entendimento das políticas educacionais atuais, bem como de possíveis alternativas de transformação no contexto de sociedades globalizadas. Encoraja-nos a não nos envergonharmos de sermos utópicos e apostarmos na disputa de um futuro todavia incerto, não obstante o necessário ceticismo diante de uma conjuntura difícil.

Autora da resenha

r **ISABEL LETÍCIA PEDROSO DE MEDEIROS** é licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com especialização em Gestão da Educação e mestrado em Educação pela mesma universidade. Atualmente é professora da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. E-mail: isabelpm@yahoo.com.br

Recebido em outubro de 2007.

Aprovado em março de 2008.